

Centrão ainda busca assinaturas

Nenhuma emenda conseguiu 280 adesões e o grupo trabalha dobrado



Centrão e Grupo dos 32 reunidos: a constatação de que um precisa do outro

RITAMARIA PEREIRA Da Editoria de Política

— Ao contrário do que vinha sendo apregoado pelo grupo, o Centrão não conseguiu ainda atingir as 280 assinaturas em nenhuma das onze emendas coletivas que pretende apresentar hoje na Constituinte. No princípio, os líderes centristas chegaram a estabelecer como norma que o signatário de uma emenda teria necessariamente que apoiar as demais. Devido às dificuldades de conquistar adesão a esta tese, “liberam geral”, o que nem por isso facilitou o trabalho. Ontem, as emendas só levavam a assinatura de 220 constituintes. Mas os deputados Basílio Villani e Daso Coimbra, bem como o líder do Centrão, Ricardo Fluzza, ainda mantêm a esperança de atingir a maioria até hoje à noite.

— **SDS** — com este código que se traduz por “só Deus sabe”, o deputado Basílio Villani deixou transparecer que seu esforço para coletar as assinaturas estava ameaçado. Há três dias que ele só come sanduíche com refrigerante, evitando se ausentar da sala onde está instalada a secretaria geral do Centrão. Dali, tenta mobilizar os colegas para virem assinar as onze emendas. Segundo o deputado Ricardo Fluzza, as frases mais repetidas são “se não for assim eu não quero” ou, “isso não me satisfaz”.

— **Justiça** — o grupo dos 32 quer o Conselho Federal de Justiça atuando junto ao Superior Tribunal de Justiça, e o Centrão discorda.

— **Audiência** — o grupo dos 32, ao contrário do Centrão, não aceita a audiência preliminar nos processos judiciais.

— **Aposentadoria** — o grupo dos 32 quer a aposentadoria do magistrado aos 70 anos de idade e o Centrão quer aos 65 anos.

— **Conselho** — o Centrão, ao contrário do grupo dos 32, não concorda com a criação do Conselho Nacional de Justiça, órgão de controle da atividade administrativa e do desempenho dos deveres funcionais do Poder Judiciário e do Ministério Público.

— **Procurador** — o Centrão quer que o procurador-geral da República seja de livre escolha do Presidente da República, e o grupo dos 32 quer que o Ministério Público Federal forme lista tripartite para a escolha.

— **Advocacia** — o Centrão propõe a substituição da procuradoria-geral da União pela advocacia-geral, do que discorda o grupo dos 32.

ACORDO

Outros pontos importantes já são objeto de acordo, como a licença gestante de 120 dias, sem prejuízo do emprego ou da remuneração, a jornada de trabalho de 44 horas semanais e a remuneração da hora extra superior à do trabalho normal em no mínimo 50 por cento.

princípio da indenização tem que ser estabelecido.

SEM CONSENSO

Na véspera do prazo final para a apresentação de emendas, o Centrão e o grupo dos 32 não conseguiram ontem superar as divergências em torno de 14 pontos importantes do projeto constitucional, nem chegaram a uma redação comum para a questão da estabilidade. O acordo entre os dois grupos não deve incluir itens como propriedade dos recursos minerais e do subsolo, direito de greve aos servidores públicos, função do Estado na economia, conceito de empresa nacional e imprescritibilidade das ações trabalhistas. Mas segundo o senador Virgílio Távora (PDS-CE) o entendimento ocorrerá em 65 a 70 por cento do texto.

Durante todo o dia de ontem os dois grupos e o Centrão estiveram reunidos examinando os diferentes títulos da proposta de Constituição. Na estabilidade, o grupo dos 32 chegou a aceitar uma indenização ao trabalhador demitido injustamente, voltou a defender a sugestão de proteção de relação de emprego contra a despedida imotivada, como informou o senador Távora.

O Centrão, segundo a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), concorda com o texto do Hércules IV, produzido pelo grupo dos 32 — “relação de emprego, proteção contra despedida arbitrária ou sem justa causa, na forma da lei”. A deputada disse também que o grupo dos 32 não apoia a proposta do Centrão, que fala em indenização, porque “não se conforma com o uso da palavra estabilidade para uma proposta que não é de estabilidade”. Já o senador Albano Franco (PMDB-SE), interlocutor dos empresários, disse que a estabilidade não é matéria constitucional, mas observou que já que o assunto está sendo tratado pela Constituinte, o

os 14 pontos sobre os quais não houve acordo entre o Centrão e o grupo dos 32 são os seguintes, segundo Virgílio Távora: — **Voto** — o grupo dos 32 quer o voto facultativo para os menores a partir de 16 anos, e o Centrão só admite para os que irão completar 18 anos até à data da eleição.

— **Imprescritibilidade** — o grupo dos 32 quer a não-prescrição no prazo inferior a cinco anos, contados da data da lesão ao direito originário de relação de emprego, e o Centrão só aceita o prazo de dois anos.

— **Bens da União** — o Centrão não aceita, ao contrário do grupo dos 32, que sejam incluídos entre os bens da União os recursos minerais e o subsolo.

— **Estado e economia** — o Centrão, ao contrário do grupo dos 32, não admite a função controladora do Estado sobre a economia.

— **Empresa Nacional** — a idéia geral, segundo o senador Távora, é a de o texto não ser xenofóbico, defender a empresa nacional mas não afugentar o capital estrangeiro. Mas há divergências internas no conceito. Távora disse que o “furo da questão” está resolvido, e Sandra Cavalcanti afirmou que o que está sendo discutido “é literal”.

— **Recursos hídricos** — não devem ser incluídos en-

ção — mas imediatamente após a promulgação da nova Constituição.

Independente do prazo de conclusão dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, Egídio Ferreira Lima explica que se a emenda for aprovada pelo Plenário, tão logo fique pronta a Constituição o presidente da República cuidará da composição do Gabinete e da indicação do primeiro ministro. Com um trabalho paralelo que está sendo feito pela liderança do PMDB, o líder do PCB Roberto Freire revelou que os partidos de esquerda trabalharão em plenário, com pedidos de destaques, em cima da emenda substituída de Egídio Ferreira Lima, sobre sistema de governo, uma vez que não houve tempo hábil para uma maior discussão sobre a proposta.

Durante todo o dia de ontem dezenas de parlamentares peemedebistas transitaram pela liderança do partido na Constituinte, onde o deputado Nelson Jobim instalou o banco de emendas, na tentativa de garantir o aproveitamento de suas propostas. Como cada deputado só tem o direito de apresentar 4 emendas individuais, muitos leram as sugestões que tinham de reserva para análise de Jobim.

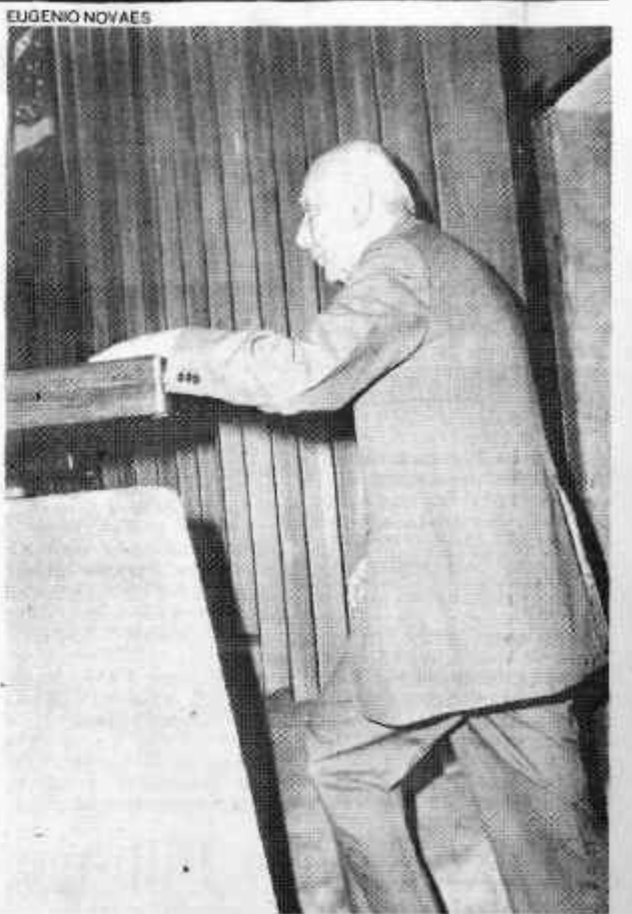
de não tratar destes dois temas entre os centristas.

Sua fala, na verdade, foi um esforço adicional para eliminar as resistências que vêm ocorrendo contra as emendas do Centrão, dificultando a coleta das assinaturas, que pouco evoluiu. Segunda-feira eram 172; ontem, 220. O deputado Basílio Villani trabalha com o que chama de “estoque para queimar” de 36 nomes, qual seja o que corresponde a diferença entre 280 e os 316 constituintes listados como membros do grupo. Mas tem um mapa onde se vê claramente que cerca de 100 ainda não assinaram.

Mas não param aí os problemas. O senador Aureo Melo, que não viaja de avião, e vem de Manaus, ainda não chegou depois de três dias de viagem. Ele pega o navio até Belém, depois chega de carro a Brasília. A última notícia é de que tinha passado por Araguaína, em Goiás.

Já o deputado Alvaro Valle, querendo aproveitar um pouco mais seu passeio pela Europa, mandou via aérea as assinaturas nos papéis padronizados que levou, em mãos um amigo. Um mineiro acabou localizado com a ajuda de quatro Delegacias Policiais instaladas nos municípios onde era o mais votado. O senador Carlos Alberto de Carli foi localizado em Buzios, no Rio de Janeiro, com a ajuda de uma salva-vidas.

Além do vale tudo para fechar as assinaturas promovido pelos coordenadores do Centrão, eles contam com a ajuda de pessoas do Executivo, como o ministro da Saúde, Borges da Silveira, que arregaçou as mangas, pegou o telefone e está ligando para os constituintes pessoalmente. Mesmo com tudo isso, é vágua a conquista das adesões.



Ulysses presidiu a sessão por apenas uma hora

PLENÁRIO

Muitos temas não empolgam a sessão vazia

O deputado Ulysses Guimarães reiterou ontem, na sessão plenária da Constituinte, a proposta de se votar em bloco as questões não muito polêmicas, para que os trabalhos se desenvolvessem com mais rapidez. Ulysses, que presidiu a sessão por apenas uma hora, falou para um plenário vazio, onde pouco menos de 30 deputados se revezaram em um sonolento pinga-fogo, com os assuntos variando entre a proposta de ida do Brasil ao FMI até a questão da esterilidade feminina, colocada em discussão pelo deputado, e também médico, Nelson Seixas (PDT-SP).

Um dos poucos assuntos a causar impacto foi a denúncia feita pela deputada Benedita da Silva (PT-RJ), que acusou a Polícia Militar do Rio de Janeiro de, no centenário da Abolição da Escravidão, praticar um ato de discriminação racial, ao afastar de um trabalho voluntário no Aeroporto Internacional da cidade, seis policiais femininas de cor negra. A deputada petista falou ainda que o ato de discriminação racial ficou comprovado, “pois apenas as negras foram afastadas, tendo permanecido quatro policiais brancas”. Como houve muita movimentação por conta do ocorrido, o comando da PM, em atitude de dupla discriminação, optou por afastar o trabalho no aeroporto todas as policiais do sexo feminino.

FALSIFICAÇÃO Também ocupou a tribuna

Acordo entre grupos não ultrapassa 70%

— Pelo menos cinco centristas já avisaram que não assinarão as emendas do grupo. São eles Gerson Camata, Atília Lira, Jesualdo Calvancanti, Erico Pegoraro e Francisco Rolemberg. O senador Meira Filho preferiu participar primeiro da reunião promovida hoje pela manhã pela liderança do PMDB antes de se decidir.

PMDB patrocinará 40 emendas programáticas

Embora o jurista Miguel Reale Júnior — assessor particular do presidente da Constituinte — tenha participado desde o início do grupo que está elaborando o pacote de emendas do PMDB, o deputado Nelson Jobim revelou que Ulysses Guimarães mostrou interesse pessoal por uma única emenda, a que prevê a modificação na composição da Câmara dos Deputados no que se refere à representação de cada Estado. Pela emenda que será apresentada pelo PMDB não se sabe ainda se o próprio Ulysses irá subscrever a menor número de deputados por Estado subirá de 6 para 8 e o maior de 60 para 80.

Dentro do capítulo da Organização dos Poderes a emenda “fundamental” para o PMDB, de acordo com o deputado Egídio Ferreira Lima, é a que prevê o parlamentarismo puro como sistema de governo, de sua autoria. “A emenda está linda e prontinha, já com 345 assinaturas necessárias para a votação em preferência e para sua aprovação”. Sobre o mesmo tema ele irá defender, com o apoio do partido, uma emenda complementar prevendo a adoção do parlamentarismo não mais em 15 de março — conforme o texto da Sistematização

Constituinte recebe 788 emendas

A Secretaria Geral da Mesa da Constituinte recebeu até ontem 788 emendas ao projeto de Constituição, registrando um movimento pouco maior que nos três últimos dias. Das 9 às 19h, foram entregues 214 proposições, todas individuais. Se houver alguma emenda coletiva, com 280 assinaturas, deve chegar hoje, quando os funcionários do setor estão esperando até a formação de mais com aqueles constituintes que deixaram para o último dia o encaminhamento de suas propostas.

Como funciona a “preferência”

MARBA FURTADO Da Editoria de Política

Quanto maior o número de assinatura em uma emenda, melhor sua chance de preferência, maior a chance de a matéria ser mais rapidamente apreciada em plenário. Esta é a regra geral que fundamenta a alteração do Regimento Interno da Assembleia e que tem ocupado diariamente os constituintes em busca de signatários para suas propostas. Conseguiu 280 assinaturas para dar preferência automática a uma proposição, durante a votação do projeto de Constituição (como prevê o artigo 1º do Regimento), se transformou na tarefa mais árdua destes quase 12 meses da Constituinte, inclusive para os coordenadores do Centrão, grupo que propôs a nova medida. Além do trabalho de ir atrás de deputados e senadores que queiram assinar, os autores das propostas têm que garantir a autenticidade da assinatura, tomando cuidado para não repetir os assinantes entre tantos nomes.

De acordo com as novas normas regimentais, os constituintes têm até as 19h de hoje para apresentar 4 emendas individuais (que incidam sobre artigo, parágrafo, inciso ou alínea do projeto), substitutivos a títulos, capítulos, seções e subseções e emendas coletivas. Quem conseguir 280 assinaturas (maioria absoluta da Assembleia) para sua proposta garante a matéria preferência automática na hora da votação em plenário do capítulo a que diga respeito. A proposição que vier inscrita por um número menor de constituintes deve cumprir todas as etapas previstas no Regimento Interno: será objeto de pedido de destaque que, posteriormente, se incluirá em requerimentos de preferência para ser votado.

Ulysses quer reduzir quorum para revisão

O presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, quer reduzir o número de votos, no Congresso Nacional, para modificações na futura Constituição brasileira. Ele está patrocinando uma emenda que, do quarto atual de três quintos, passa a exigir dois quintos, da Câmara e do Senado, para mudanças no texto constitucional.

Deputados do DF rebatem acusações

Constituintes do Distrito Federal que integram o Centrão não aceitam as acusações feitas pelo Sindicato dos Bancários de Brasília, que através de panfletos e cartazes os chama de “traidores do povo”. O senador Meira Filho (PMDB) devolve aos autores da denúncia a mesma expressão, afirmando que “traidores foram aqueles que em 1930 assassinaram, dormindo, irmãos nossos brasileiros”, referindo-se à passagem da história do País conhecida como Intentona Comunista.

ELEIÇÃO NO DF

Sobre a polêmica questão de eleição para governador e deputados de Brasília, os parlamentares centristas têm posições divergentes. Meira entrou ontem com uma emenda na Secretaria Geral da Mesa da Constituinte, propondo que as eleições sejam realizadas 60 dias após a promulgação da nova Carta. O senador considera “muito quente” essa sua proposta e acha que, por si só, ela é um “cala boca” para aqueles que insistem em chamá-lo de traidor.

Do levantamento apresentado pelo líder do PDS, deputado Amaral Netto, que não acredita no fim da Constituinte antes do mês de julho, Ulysses disse que “mandei verificar os dados que ele me apresentou, e com a boa vontade de todos, acredito que o prazo de um mês e meio a dois meses é razoável”.